

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

21 mar 2017 | O Globo | BRUNO DALVI Especial para O Globo opais@oglobo.com.br

# Prisões evitam nova greve de PMs no ES

## Havia articulação de mulheres de policiais para fechar quartéis de novo

-VITÓRIA- Uma operação do Ministério Público no Espírito Santo, em parceria com a Força Nacional de Segurança e a Corregedoria da Polícia Militar, prendeu ontem quatro pessoas, com o objetivo de "prevenir novas articulações que levem o policiamento a uma possível paralisação", disseram os investigadores.

Mulheres e parentes de policiais militares do Espírito Santo organizavam uma nova greve com fechamento de batalhões e unidades da Polícia Militar, segundo as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público.

Para eles, uma organização criminoso, sob o pretexto de reivindicar aumento de salário para os policiais, cometeu atentados contra serviços de utilidade pública, apologia a crimes e ameaças a autoridades.

No mês passado, policiais alegavam que estavam impedidos de trabalhar nas ruas porque parentes de militares bloqueavam a frente dos batalhões. Durante a paralisação, uma onda de crimes tomou conta do estado e 199 pessoas foram assassinadas.

Foram presos o policial militar Leonardo Fernandes Nascimento, o ex-soldado Walter Matias Lopes, além de Cláudia Gonçalves Bispo e Ângela Souza Santos (ambas mulheres de PMs). O exsoldado Walter é acusado, junto ao capitão da reserva e ex-deputado Lucínio Castelo de Assunção, de estimular o movimento que paralisou a PM no estado no mês passado. A juíza da 4ª Criminal de Vitória, Gisele Sousa de Oliveira, que determinou as prisões, também convocou 17 pessoas para prestar depoimento e mandou cumprir 24 mandados de busca e apreensão na Grande Vitória. ESCUTAS AUTORIZADAS Conversas telefônicas interceptadas com autorização da Justiça revelam que Ângela, em uma ligação datada da última quinta-feira, afirmou já ter passado nos batalhões e combinado o fechamento das unidades, acrescentando que os policiais militares estariam de acordo com a medida.

Em sua decisão, a juíza destacou "as consequências nefastas do movimento paredista da Polícia Militar em nosso Estado, culminando com duas centenas de mortes, uma onda de saques e furtos a estabelecimentos comerciais, suspensão de aulas, da atividade comercial, do transporte público e até das atividades do próprio Poder Judiciário".

A juíza relatou ainda em sua decisão: "Nesse período, a sociedade capixaba ficou abandonada à própria sorte, com seus cidadãos trancafiados em suas residências, impedidos, pela onda de violência, de exercer o direito constitucional de ir e vir."

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)